



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL		
EVENTO: Audiência Pública Externa	Nº: 1754/12	DATA: 06/12/2012
INÍCIO: 16h22min	TÉRMINO: 18h21min	DURAÇÃO: 01h59min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h59min	PÁGINAS: 49	QUARTOS: 24

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ALDACIR OLIBONI - Deputado Estadual - RS.
ALEXIA MEURER - Coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado do Rio Grande do Sul.
ELIETE MATIAS RODRIGUES – Delegada, Coordenadora do Núcleo de Direitos Humanos da Diretora da Divisão de Assessoramento para Assuntos Institucionais da Polícia Civil do Rio Grande do Sul.
MÁRCIA ELISÂNGELA AMÉRICO SANTANA - Secretária de Políticas para as Mulheres.
LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON
RUBIA ABS DA CRUZ – Diretora do Departamento de Justiça da Secretaria de Justiça e dos Direitos Humanos do Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO: Audiência sobre o problema do tráfico de pessoas no Rio Grande do Sul.

OBSERVAÇÕES

Audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.
Há intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há orador não identificado.
Há expressão ininteligível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Boa tarde a todos e a todas que restaram, que sobreviveram.

Primeiro, antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu queria fazer uma breve explicação sobre os fatores que concorreram pelo nosso atraso em demasia.

Cabe aqui uma explicação e um pedido de desculpas a todos, porque nós tínhamos agendado essa audiência aqui hoje, no período da tarde, por conta de problemas relativos a horários de voos de Brasília para cá e também por conta de outra agenda em paralelo, mas no mesmo dia. E, como nós estamos no final do período legislativo, o calendário da Câmara está praticamente encerrado, e a gente está fazendo um esforço muito grande para tentar dar conta das audiências públicas e das diligências nos Estados.

Nós tínhamos aqui, pela Comissão de Direitos Humanos e pela CPI de Tráfico de Pessoas, duas agendas. Uma agenda que seria de manhã, mais cedo: uma verificação no Hospital Conceição de urgência e emergência, que é um grupo de trabalho constituído da Comissão de Saúde e de Direitos Humanos. Da situação da urgência e emergência no Brasil todos aqui são testemunhas pelos flagrantes que se revelam nas imagens de televisão, nos noticiários da grande mídia. A crise na saúde é estrutural e já vem de há muito tempo, mas chegou a um nível em que os profissionais de saúde, na urgência e emergência, estão tendo que selecionar pacientes para atender e às vezes deixar os outros à própria sorte. Esse não é um problema do Rio Grande do Sul nem deste momento, é um problema estrutural. E esse grupo de trabalho está visitando as urgências e emergências do Brasil inteiro. Já estivemos em Rondônia, no Nordeste, no Sudeste, Rio, São Paulo, Cuiabá, Bahia, Paraíba, Belém; há essa agenda para hoje, aqui, em Porto Alegre; e para a semana, que é a última semana do congresso, em Cuiabá, e chegamos em Brasília; e a CPI do Tráfico de Pessoas, por solicitação de uma série de entidades, pelas denúncias que vieram daqui.

Ontem, por coincidência, nós recebemos um telefonema de um Deputado dizendo que, coincidentemente, tinha o mesmo evento... Quer dizer, outro evento, mas da mesma natureza do movimento de mulheres, acho que alguma coisa sobre um encontro... De denúncias de violências contra a mulher, que coincidia no mesmo horário que tínhamos previsto antes; ele inclusive ponderava a mim que



podéssemos retardar um pouco a nossa audiência aqui para que ela não fosse exatamente coincidente, já que o horário deles também era esse horário, das 14h30.

Então, houve dois episódios: o primeiro, que a agenda da manhã terminou ainda agora. Atrasou muito porque todas as entidades médicas estavam lá acompanhando essa vistoria no Hospital Conceição, que é o principal hospital de urgência e emergência de Porto Alegre. Nós sequer almoçamos, viemos de lá para cá correndo com as entidades médicas, a imprensa. Os diretores do hospital estavam todos lá e foi uma boa visita. E, por conta dessa coincidência, tínhamos admitido atrasar um pouquinho, a pedido do Deputado. Então eu pediria mil desculpas. Sei que algumas pessoas já tiveram que se retirar por compromissos outros já agendados, e outras estão prestes a ter que se retirar, mas me sinto na obrigação de pedir desculpas e dar essa explicação sobre os atropelos do nosso horário, da nossa agenda.

Mas nós queríamos, sem mais demora, declarar aberta esta audiência da CPI do Tráfico de Pessoas no Brasil que se destina a investigar o tráfico de pessoas, suas causas, consequências e responsáveis no período de 2003 a 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo.

Esta audiência que cumpre um calendário nacional da CPI — pretendemos visitar o Brasil inteiro — também não vai se concluir, evidentemente, este ano, mas estamos cumprindo as duas últimas semanas dessas oitivas e dessas audiências nos Estados. Hoje estamos aqui em Porto Alegre, na semana que vem estaremos no Acre, numa audiência pública lá no Acre. Já estivemos em São Paulo, no Rio, e vamos percorrer outros Estados, com dois objetivos basicamente: o primeiro é ouvir as entidades, as instituições, as autoridades, a sociedade civil e todos aqueles que queiram se manifestar — Deputados, Vereadores, agentes políticos e institucionais e da sociedade civil — no sentido de registrar o diagnóstico desses Estados e Municípios acerca de situações que envolvam o tema, de alguma forma. A CPI já cumpriu uma série de etapas de tentar ter o diagnóstico conceitual e institucional do problema do enfrentamento do tráfico de pessoas.

Este trabalho é quase que inaugural no sentido da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional porque é uma tipificação ainda pouco nítida, pouco definida inclusive no ordenamento jurídico brasileiro. Esse crime está escondido em uma



série de outras modalidades e ainda pouco previsto no Código Penal e no Código de Processo. Nós estamos praticamente com o desafio de parir uma legislação mais contemporânea, mais atualizada, menos obsoleta, mais nítida sobre essa questão, até porque algumas modalidades desse tráfico são muito novas, como a questão das agências de modelos, as escolinhas de futebol — cada vez vêm denúncias mais recorrentes sobre isso. Portanto, são conceitos e realidades muito novas do ponto de vista da consciência da sociedade e do próprio Estado.

O outro objetivo aqui é tentar ouvir alguns casos que nos chegaram nesse processo de investigação que a CPI está promovendo. Alguns casos que nos chegaram aqui no Rio Grande do Sul, as denúncias são muitas, os fatos relatados são muitos, mas estamos tentando pegar aqueles casos que possamos dar alguma contribuição, até porque a CPI tem algumas prerrogativas que, muitas vezes, a autoridade policial não tem, às vezes o Ministério Público não tem, às vezes as assembleias não têm. A CPI nacional tem algumas prerrogativas constitucionais que lhe permite, talvez em alguns aspectos, avançar um pouco mais e colaborar um pouco mais nas investigações.

Então, nossos dois objetivos primordiais são esses aqui. Nós estamos aqui para ajudar. Nós não temos a menor intenção de atropelar o processo que em cada Região, em cada Estado, em cada Município tem acumulado nesta rede de enfrentamento do tráfico de pessoas e muito menos fazer pirotecnias de qualquer natureza. Nós estamos aqui para tentar colaborar e avançar no marco regulatório e no marco de enfrentamento desse crime, que é uma coisa assustadora.

Nós que já militamos na área de direitos humanos, mesmo assim, estamos absolutamente assustados com a complexidade, a recorrência e a gravidade com que essas coisas têm se apresentado na violação de direitos fundamentais da pessoa humana.

Eu queria, primeiro, convidar o nosso Deputado Estadual Aldacir Oliboni para se juntar mais, sair um pouco da lateral e se juntar a nós na mesa — ele também já tem um trabalho; registrar a presença de algumas autoridades, não sei se ainda estão todos aqui a Dra. Alexia Meurer — não sei se a pronúncia é essa —, Coordenadora do Núcleo de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas aqui no Estado do Rio Grande do Sul; a Delegada Eliete Matias Rodrigues, representando o Chefe



da Polícia, Dr. Ranolfo Vieira Júnior; o jornalista Eduardo Torres, do *Diário Gaúcho* — que está ali também; o Dr. Sady Fauth, do Ministério da Justiça, que tem nos acompanhado muito no andamento da nossa CPI, tem participado através da NET; a Sra. Maria Marlene — que estava aqui, mas teve que se retirar. Em seguida a gente vai continuar registrando os nossos convidados aqui.

Eu gostaria de iniciar passando a palavra ao Deputado Aldacir Oliboni para fazer suas considerações.

O SR. ALDACIR OLIBONI - Inicialmente, queria saudar o nobre Deputado Arnaldo, Presidente da CPI, e sua assessoria, que está aqui presente; também, um que esteve aqui e se retirou, o Deputado gaúcho do PSDB, Nelson Marchezan, que faz parte da Comissão, da CPI; o Arnaldo, o Nelson, o José Otávio, e... Inicialmente, pedir desculpas pela não participação aqui da Casa. Nas quintas-feiras aqui é uma situação um pouco delicada, semelhante à do Congresso. As coisas acontecem na terça e na quarta. Mas pela manhã sempre há atividades mais participativas, vamos dizer assim.

Nós tivemos, de fato, essa outra atividade. Muitos que militam na área dos direitos humanos estão aqui no Plenário Dante Barone, e, possivelmente, em função disso, estão nessa outra atividade, que se iniciou às 14h, porque havia um entendimento de que seria possível remarcar sua vinda ou até adiá-la para mais tarde.

Mas é claro que sempre é bom ouvir quem está por dentro das coisas, está acompanhando há anos. Nós que estamos praticamente iniciando um trabalho nessa direção, de lidar com a questão das pessoas desaparecidas, eu estou muito interessado, por duas questões: primeiro, porque sempre militei na área de direitos humanos e na área da saúde; e, segundo, porque encaminhamos, nesta semana, a criação de uma Frente Parlamentar em Defesa das Pessoas Desaparecidas aqui no Rio Grande do Sul. Então, esta Casa terá uma frente também no intuito de poder não só ouvir essas famílias, ouvir as entidades e aqueles que fazem a política acontecer, no caso, políticas de Governo... Para poder contribuir com essa frente, sugestões de pessoas que, com certeza, estarão participando das atividades que faremos principalmente no próximo ano.



Creio que isso seja de extrema importância, até porque aqui no Rio Grande do Sul, das 241 rotas, pela informação que nós temos de tráfico de pessoas, 28 são no Rio Grande do Sul — em alguns municípios, na fronteira, na Serra e na região metropolitana. Então, de fato, isso nos preocupa muito.

Segundo dados também da Polícia Civil do Rio Grande do Sul, no ano de 2012, que não terminou ainda, há 2.380 pessoas ainda com paradeiro desconhecido. Portanto, são pessoas desaparecidas. Dessas, 1.647 são mulheres, na faixa etária de 12 a 17 anos, e meninas de até 12 anos têm o menor índice de localização. Vejam só, de 2.380, 1.647 são mulheres, e o índice de 60% de até 12 anos. Realmente, nós percebemos que a Rede Globo de Televisão, ao focar esse tema também numa novela, tem sua lógica de chamar a atenção não só daqueles que fazem a política acontecer, mas, principalmente, dos órgãos governamentais, no intuito de ter uma forma de poder constituir políticas de proteção, de acompanhamento, e eu diria até pós esses fatos acontecidos.

Eu parablenizo, pela iniciativa, esta CPI, em âmbito nacional, de estar até nos trazendo, municiando-nos, orientando-nos, de fato, sobre como vamos fazer esse enfrentamento, porque eu acredito até que perseguições possam acontecer, na medida em que se mexa com pessoas que trabalham nessa área do tráfico de órgãos, do tráfico de pessoas, enfim, nesse grande jogo de interesses de utilizar a pessoa humana.

Então, em busca dos direitos do ser humano, em busca da paz, em busca da solidariedade, nós, enquanto representantes da Assembleia Legislativa, através da Comissão de Direitos Humanos, queremos nos solidarizar e começar a fazer enfrentamento.

Faremos o lançamento possivelmente até o final do mês, ou, no máximo, em fevereiro, quando se reabrem os trabalhos aqui. E, Arnaldo, eu gostaria que V.Exa. estivesse aqui no lançamento, porque um dos nossos objetivos era e é trazer a Ministra Maria do Rosário, que é gaúcha, que atua na área dos direitos humanos, e também V.Exa., como todos aqueles que trabalham nessa direção.

A princípio era isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Deputado Aldacir.



Eu vou passar a palavra agora à Dra. Alexia Meurer.

A SRA. ALEXIA MEURER - Boa tarde. Em nome do Deputado Arnaldo, cumprimento todas as autoridades da Mesa. Boa tarde aos presentes. Eu represento aqui o Núcleo Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e a Secretaria de Segurança Pública do Estado.

O Estado do Rio Grande do Sul, até o ano passado, não fazia parte da Política Nacional do Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Essa política existe desde 2006, e o nosso Estado não tinha aderido ainda a essa política, não tinha nenhum trabalho nesse sentido. No ano passado, o Governador Tarso Genro chamou a Secretaria de Segurança Pública, a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos e a Secretaria de Políticas para as Mulheres, para falar dessa política e do interesse óbvio de que o Estado pudesse fazer parte dessa frente, dessa rede de enfrentamento. Então, a Secretaria de Segurança Pública apresentou um projeto para o Ministério da Justiça. A Secretaria Nacional de Justiça coordena a política nacional. Está aqui o Sady.

Então, estamos implementando esse Núcleo aqui no Rio Grande do Sul a partir deste ano. O trabalho ainda está bem inicial. Uma iniciativa, claro, como esta da CPI, é super rica, porque nos permite falar sobre a iniciativa de criação do Núcleo, que muitas pessoas ainda não sabem, e também conhecer as outras pessoas que estão trabalhando com esse tema.

Fiquei muito feliz de saber dessa frente. Vamos trabalhar juntos com certeza. São dois temas que, com certeza, caminham juntos.

Estamos começando o Núcleo agora. O trabalho do Núcleo é fomentar justamente essa política no Estado. A Secretaria de Justiça e Direitos Humanos criou, agora no início de novembro, o COMIRAT — Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas do Tráfico de Pessoas. A partir desse Comitê, nós vamos fomentar e elaborar a política estadual relacionada a esse tema. Do que temos acompanhado — o Deputado até falou de alguns casos, e o Núcleo ainda está com um trabalho bastante incipiente —, preocupa-nos bastante a situação do Estado, principalmente a cidade de Uruguaiana, de que já temos vários relatos.

Um número muito grande de estrangeiros está sendo preso na cidade portando documentos ilegais. Na primeira visita oficial do núcleo à cidade,



infelizmente, chegamos num momento em que a Polícia Federal tinha acabado de prender três chineses bastante jovens que tinham visto ilegal. O passaporte era legal, mas o visto era falsificado. Todo o relato desses jovens a respeito da situação deles, da vinda da China para cá e a sua situação no Brasil mostra claramente uma situação de exploração. Eles chegaram de Pequim até o Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, foram mantidos em cárcere privado. Depois, foram levados até Uruguaiana e seguiriam até a Argentina.

E acho que é importante fortalecer justamente essa política estadual e as nossas redes tanto de enfrentamento como de atenção às vítimas para poder amparar também essas pessoas. O Município de Uruguaiana tem uma rede muito boa de enfrentamento, mas existe essa questão legal. O Deputado Arnaldo apontou isso na abertura da audiência. Precisamos fomentar isso para podermos esclarecer melhor esses casos. Esses estrangeiros, na grande maioria, na cidade de Uruguaiana, acabam presos por estarem portando um documento ilegal. Mesmo vendo claramente que possivelmente são vítimas de tráfico, acabamos não podendo auxiliá-los nesse sentido. Então, uma das primeiras estratégias do Núcleo é poder trabalhar dentro dessa política, poder pensar um pouco essa situação.

Em princípio é isso. Eu peço desculpas porque eu sou uma das pessoas que tem um compromisso às 6 horas, então, não sei se vou conseguir ficar até o final, mas gostaria de deixar aqui depois contatos. Se alguém precisar ou quiser mais alguma informação a respeito do Núcleo, eu acho bastante importante.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Com certeza, Dra. Alexia. Muito obrigado pela sua contribuição.

Eu tive a informação de que a Secretária de Estado está presente. Não, ainda não. Enquanto isso, eu queria passar a palavra à Delegada Eliete Matias Rodrigues, que representa aqui o Dr. Ranolfo Vieira Júnior.

A SRA. ELIETE MATIAS RODRIGUES - Boa tarde, Deputado Arnaldo, na pessoa de que cumprimento os demais integrantes da Mesa diretiva, o Deputado Aldaci.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Bem-vinda, doutora Márcia Santana, Secretária de Políticas para as Mulheres do Governo do Estado. É um prazer tê-la aqui na nossa Mesa. Devolvo a palavra à Dra. Eliete.

A SRA. ELIETE MATIAS RODRIGUES - Estava na hora dos cumprimentos, Dra. Márcia, nossa Secretária. Cumprimento todos os demais participantes.

Por parte da Polícia Civil, como o Deputado falou inicialmente, é um tema para o que acho que todos nós nos dedicamos pouco, às vezes, pela própria indefinição ou compreensão mesmo do que realmente caracteriza o tráfico de pessoas, os seus diversos fins e a forma como ele aparece, enfim, de forma transversal com outros crimes. Então, isso dificulta muito até a gente ter uma dimensão do que realmente existe no Estado do Rio Grande do Sul.

Por parte da Polícia Civil Estadual, em termos de investigação, a gente também ficaria um pouco restrito, uma vez que o tráfico internacional e o tráfico nacional, que perpassam os demais Estados, fogem da atribuição da Polícia Civil. Então, a nossa atribuição ficaria mais com o tráfico interno, dentro do Estado, o que não quer dizer que a gente não tenha todo o interesse e não precise estar totalmente envolvido, bastante envolvido, porque, com certeza, o diagnóstico, por onde começar, tem o olhar para as pessoas que se atende, que vão chegar até nós. Certamente, até se ter a ideia de se é ou não é um tráfico nacional, internacional, muitas dessas pessoas, com certeza, vão bater ou vão depender bastante desse olhar dos policiais civis, dos policiais militares, enfim, dessas portas de entrada.

Então, hoje, nós temos, em termos estatísticos, pouquíssimos dados. Nós temos os dados mais da exploração sexual, do desaparecimento, como o próprio Deputado já trouxe. Desses percentuais, que percentual disso, realmente, pode estar vinculado ou de alguma forma atrelado ao tráfico de pessoas? Hoje, nós não temos esse mapeamento como gostaríamos de ter ainda. Quem sabe agora, com o Núcleo, a gente vai se envolver um pouco mais com essa temática.

Estamos aí para contribuir, hoje, infelizmente, não com o número de informações que desejaríamos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) – O.k. Muito obrigado, Dra. Eliete.



Vou passar a palavra agora à Dra. Márcia Santana, nossa Secretária, para fazer suas considerações.

Obrigado.

A SRA. MÁRCIA ELISÂNGELA AMÉRICO SANTANA - Boa tarde a todas e a todos. Boa tarde, Sr. Deputado Federal Arnaldo Jordy, Deputado Odacir Oliboni. Cumprimento todos os Parlamentares, assessorias, representações e movimentos aqui presentes, colegas, inclusive, de Governo.

Deputado, imediatamente, eu peço desculpa pelo atraso. Nós estivemos no Rio Grande do Sul, nesses últimos dias, que tem se incorporado a uma agenda que se chama Dezesesseis Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher. Na verdade, essa é uma campanha mundial que, ao longo dos anos, foi ganhando força e movimento num momento em que fazemos — Estado, Legislativo, Parlamento, sociedade civil — uma parada reflexiva para poder dialogar sobre como podemos fazer o enfrentamento da violência contra a mulher; como todos e todas nós podemos ser uníssonas nessa pauta que é uma pauta muito ingrata, que violenta, maltrata, todos os dias, as mulheres, mas, mais do que isso, as famílias, e dilacera o convívio familiar, dilacera relações humanas, dilacera vidas.

Nós estávamos com uma coincidência de ações. Nós havíamos, inclusive, justificado, mas obviamente estou aqui representando também... A Alexia está aqui representando a Secretaria de Segurança junto com a Dra. Eliete e outros companheiros e companheiras que certamente passaram por aqui. No Rio Grande do Sul, nós temos uma Secretaria de Estado de Política para as Mulheres, Deputado.

Também gostaria de destacar que, além de estar à frente hoje dessa Secretaria Estadual, tive oportunidade, em 2003, de fazer a Secretaria Executiva junto com a Deputada, hoje Ministra, Maria do Rosário, mas eu fui a sua Chefe de gabinete em Brasília. Foi uma das pessoas que coordenou a CPMI de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil. Já naquele momento, a própria CPMI, nas suas recomendações e relatório final, Deputado Aldacir Oliboni, que acompanhou esse processo e organizou também agendas e audiências públicas aqui, apontou a necessidade da revisão periódica tanto das ações mobilizadoras para enfrentar o tema do tráfico de



peessoas, do tráfico de mulheres e crianças para fins de exploração sexual, como apontou também a necessidade da revisão da sua legislação e de ser uma legislação mais rigorosa, como hoje certamente a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas apresenta.

Criada a estrutura da Secretaria de Políticas para as Mulheres no Estado do Rio Grande do Sul, nós também percebemos o grande desafio que nós tínhamos aqui no Estado. O Estado é apontado como rota também do tráfico internacional. Nós temos a região de fronteira, nossa região fronteira, que é uma região, principalmente nas áreas aduanas de porto seco, que deixa muito vulnerável as nossas crianças e adolescentes.

Hoje, Secretaria de Políticas para as Mulheres e Secretaria de Segurança Pública — a Alexia deve ter destacado aqui — também hoje se organizam para a criação de uma estrutura e de ampliação de serviços que possam acolher as mulheres que estão em situação de violência, mas para, além disso, mulheres que estão sob a chancela, que estão traficadas, mulheres e meninas que estão hoje traficadas, que estão fora do nosso País ou então meninas que também sejam de outros países, meninas e mulheres, e que estão no Rio Grande do Sul.

Então, nós estamos nesse último período buscando enfrentar esse tema. Uma delas é tentando também, junto com a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, em parceria com outros países, junto com a rede especializada da mulher, das políticas para as mulheres de países como Uruguai, de países como Argentina, de países como o Paraguai e tantos outros, fazer um cerco, principalmente nos serviços, com a ampliação dos serviços binacionais, para que nós possamos, então, atender essas mulheres e atender a essas demandas.

De fato, no Rio Grande do Sul, esse serviço ainda não está funcionando como nós gostaríamos que funcionasse, com a efetividade real do acolhimento, mas estamos dando os primeiros passos, e já temos a materialidade, as ações que hoje estão sendo desenhadas e verificadas nos territórios de paz, dentro do Programa RS na Paz também, com a criação desse equipamento, dessa estrutura que certamente, com o Governo Federal, com o Estado e com os Municípios, principalmente os Municípios que fazem região de fronteira, somando esforços para a efetividade das ações.



Temos leis de desaparecimento de pessoas aqui no Estado, temos uma lei, inclusive a Delegada Eliete participou muito e assiduamente da construção dessa lei, quando a Ministra ainda era Deputada Estadual. Depois, essa lei foi recomendada no relatório final, e certamente o seu plano de ação, ali na sua recomendação do relatório, também vai buscar esses movimentos.

O Deputado Oliboni já nos convocou, enquanto Governo do Estado, para que nós possamos ter um diagnóstico mais qualificado acerca, inclusive, da própria legislação estadual e que de repente a gente possa organizar aqui também com a criação da Frente Parlamentar, que estará sendo criada.

E no Estado nós temos hoje serviços como o Centro de Referência Estadual Vânia Araújo, como a ampliação dos centros de referência municipais. Nós temos hoje já indicado para criação um Centro de Referência Binacional, em Santana do Livramento, de Rivera, também fazendo um atendimento binacional dessas mulheres na região de fronteira, Santa Vitória do Palmar, Chuí, Uruguaiana, um desafio que nós temos.

E peço ajuda inclusive aqui aos nobres Deputados, ao nobre Deputado que aqui conduz esta CPMI, porque nós precisamos muito, muito, com a gestão municipal de Uruguaiana, com a sociedade civil, poder fazer um trabalho mais forte naquele porto seco, naquela aduana, porque lá é passagem, identificada como rota. Mesmo Polícia Federal, mesmo Governo do Estado e segurança pública, ainda há algumas dificuldades, Deputado Aldacir Oliboni, de entrar lá e conseguir ter, de fato, um trabalho que faça o acolhimento seguro e que consiga fazer com que as nossas mulheres não sejam violadas ou violentadas naquela seara ou que façam a travessia para um mundo que é um mundo muito assombroso.

Então, eu gostaria, Sr. Presidente, de colocar a Secretaria à disposição, todos os nossos estudos e pesquisas que nós fizemos até agora, os levantamentos, as estatísticas que nós temos. É uma Secretaria nova. Então, nós temos essa secretaria criada há um ano, um pouco mais de um ano e meio da gestão do nosso Governo, mas, com certeza, estará à disposição para poder passar todas as informações que já foram indicadas e organizadas aqui no Rio Grande do Sul.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)



A SRA. MÁRCIA ELISÂNGELA AMÉRICO SANTANA - Temos. Temos os relatórios. Posso deixar. Depois a nossa assessoria providencia e pode entregar ao Manoel Alvim, que é o Secretário da CPI. O Manoel depois pode entrar em contato com a nossa Secretária. São indicadores onde nós temos serviços no Estado, a nossa previsão orçamentária, onde serão criados esses serviços que nós estamos querendo criar na região de fronteira e os próximos passos e ações que nós temos para poder enfrentar, então, essa problemática na região fronteiriça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Dra. Márcia, Secretária de Políticas para as Mulheres do Governo do Estado.

Eu queria, agora, facultar a palavra, ver se tem mais alguma entidade, alguma instituição, mesmo da sociedade civil, que queira se pronunciar. *(Pausa.)*

Eu queria então passar a palavra à Sra. Lindsey da Silva Larson, que tem um registro a fazer sobre o desaparecimento das suas filhas. Fique à vontade.

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Boa tarde, Deputado. Boa tarde, Deputado Oliboni, Secretária. Boa tarde a todos vocês.

Bem, eu tenho duas filhas. Na verdade, tenho três filhas. Mas tenho duas filhas que não estão comigo agora, porque foram tiradas de mim de forma ilegal pelo Conselho Tutelar de Porto Alegre no dia 13 de dezembro.

Eu tive uma discussão aqui na Casa com o Deputado Carlos Gomes, onde a gente discutiu por conta de documentos, porque essas pessoas que entraram no Conselho Tutelar trabalhavam com ele até aquele momento e elas utilizaram documentos da entidade em que eu sou presidente, porque elas necessitavam de ter passado por uma entidade filantrópica que fosse forte para poder entrar. E eu exigi que me devolvessem a documentação, porque eu disse: *“Olha, eu posso me envolver em alguma coisa e depois não vai ficar bom pra mim e tal”*. Enfim, naquele momento, ele disse que conversaria comigo então no partido. Eu fui até o PRB, naquele dia, e ele disse: *“Não. Vai dar tudo certo”*. Eu falei: *“Tá, mas as meninas foram na escola e levaram. Aonde estão?”* Ele disse: *“Estão num lugar seguro”*. Eu falei: *“Aonde?”*

Ele sabia de toda a minha história. Eu vivia sozinha com os meus filhos, porque há muitos anos a gente se encontrava em imprensa e tudo, muito antes de



ele ser Deputado. Foi apresentado pra mim por outros Deputados. Então, eu disse: *“Tá, eu quero saber onde estão minhas filhas”*. Ele: *“Num lugar seguro”*.

Fui até o Fórum Central. Já era noite. Quando eu cheguei lá, disse que gostaria de fazer busca e apreensão, apresentei o documento de guarda das minhas filhas, que eu não sabia onde estavam, mas que o Deputado saberia. Ele, então, entrou, foi na outra sala, veio um outro procurador, olhou pra mim e aí se olharam, ele foi no telefone, na minha frente, ligou para o Conselho, falou com o Rivelino, Isabel Cristina. Eles estavam no viva-voz, na minha frente, sem nenhuma cerimônia, ele disse: *“Vocês disseram que era só pegar as meninas. A mulher está aqui cheia de documentos. E agora?”* Aí falaram mais alguma coisa, veio até mim e falou: *“A senhora vai embora. Faça um registro na delegacia”*. Eu falei: *“Aqui não é o Fórum? Eu tenho a guarda. Eu já registrei. Minhas filhas foram tiradas de forma... sem nenhum documento judicial, por coisa nenhuma, por uma história inventada”*.

Fui até a delegacia. Fiz um novo registro, voltei pro Fórum, esperei mudar o plantão. A outra procuradora que estava lá olhou pra mim como se já me conhecesse e disse: *“Ah! os documentos que você tem nem vai dar para fazer nada. Isso não é hora de estar aqui. São 3 da madrugada. Vai ficar dormindo aqui? A gente tem mais o que fazer”*. Eu falei: *“Tem sim. Tem que pegar minhas filhas, porque eu não sei onde elas estão”*.

Enfim, fiquei até de manhã dentro do Fórum, esperei a juíza, que era a doutora com o sobrenome Azambuja. Pedi, então, para que fizesse o deferimento pedindo a busca e apreensão das minhas filhas. Fiquei de 5 da manhã até 5 da tarde. Quando estava terminando o plantão do Fórum, ela deferiu contra, que não iria fazer busca e apreensão.

Paguei, então, uma pessoa. Fui para casa, procurei algumas pessoas, paguei umas pessoas que descobriram que minhas filhas estavam numa área de prostituição, na Avenida Farrapos, aqui em Porto Alegre. Voltei ao Fórum, informei o endereço. Mesmo assim não quiseram registrar e ainda me trataram muito mal: *“Você de novo aqui?”*

Eu fui embora e fui, então, ao Ministério Público. O Sr. Glauber do quinto andar da Vara da Infância ligou e disse: *“Olha, vou fazer uma coisa que não é típica”*. Ligou para o Rivelino, Conselheiro, e Isabel Cristina e disse o seguinte: *“A*



mãe está aqui. Ela está bem nervosa. Ela disse que vocês pegaram as meninas e levaram para uma área de prostituição". Ele disse: "Essa mulher é louca. A gente tem laudo, inclusive do CAPS — que são pessoas que estão envolvidas nesta história —, ela é doente mental e tem graves problemas mentais. Inclusive, a gente gostaria que chamassem uma ambulância para que ela fosse internada". Ele disse: "Olha, a referência que nós temos dela aqui não é desse tipo de coisa. Ela trabalha com criança e adolescente. Ela tem bastante processo aqui, mas em prol das crianças e não contra elas. Pode dizer onde as meninas estão?" Então, ele disse: "As meninas estão morando no CAPS". Que é uma clínica aqui perto na Cidade Baixa. Eu disse: "Elas não estão no CAPS. O CAPS está envolvido nesta história. Eles estão mentindo". Então, eu falei para ele o seguinte: "Pergunte onde as meninas estão". Ele disse: "As meninas estão morando lá". Eu falei: "Sou Conselheira, sou do controle social, inclusive o Oliboni acompanhou, fiz vários trabalhos com ele, e sei que lá o atendimento é de 8 às 18". Então, ele disse pra o Sr. Glauber, que era o agente: "Se essa história que ela está falando for verdade, vocês vão ser implicados nisso".

Então, enquanto falava com ele, meu filho ligou e disse: *"Mãe, o pessoal do Conselho entrou aqui junto com o CAPS, revirou todas as nossas coisas e me levou até o CAPS, machucou meu braço e disse que, se eu não dissesse que tu me bate, que me agride, que eu ia tomar remédio e ficar bem dopado igual a Micaella".* Eu falei: *"E Micaella?"* *"Estava junto com eles. Eles reviraram suas coisas e levaram roupas e coisas das meninas".* Aí, o Glauber falou: *"Você quer ir lá?"* Eu falei: *"Não, eu vou registrar".* E aí disse para o meu filho que trancasse a porta com um ferro atrás e prendesse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E a Micaella?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - A Micaella não estava lá. Estava com o pessoal do CAPS e com os conselheiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A sua filha Micaella?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - As minhas duas filhas: Micaella e Carla Rafaela.

Então, fui correndo pra lá. Quando cheguei, eles não estavam mais lá. Depois, no outro dia, voltei ao Ministério Público e informei o endereço, porque



paguei um senhor que fazia frete e trabalhava naquela região, paguei 100 reais, e ele descobriu que as meninas estavam com o pai biológico, que é estrangeiro, mas eu não convivía com ele, me separei, só tive os filhos, um relacionamento em que eu só engravidei. E era uma pessoa que não era legal.

Aí, eu disse: *“Como com ele? Ele é proibido de ficar com minhas filhas e tal”*. Enfim, corri lá, dei o endereço, e ele disse: *“Olha, ela está dizendo que as meninas estão aqui. Se elas estiverem lá mesmo, vai ter problema”*. Não teve problema nenhum. Eu fui para o Fórum, depois desse registro que ele fez, e pedi busca e apreensão.

Enquanto eu estava lá, isso já era por volta do dia 15, apareceu o pai biológico com uma das meninas vestida de short muito curto, roupa que elas não tinham hábito de vestir, mostrando parte dos seios, parte do bumbum, e eu falei: *“Por que minha filha está vestida dessa maneira? Por favor, devolva agora a minha filha”*. E a juíza Elisa Carpim disse assim: *“Eu já sei que você é uma louca, violenta e destrambelhada”*. Eu falei: *“Eu não sou nada disso. Como a senhora pode afirmar? A senhora é médica? Agora, eu tenho um laudo médico, então, de uma juíza? Não se pode fazer isso com uma mãe. Ninguém tem esse direito”*.

Fomos embora, porque, então, ela disse para eu ir, que ele iria ficar ali. Fui embora para casa pegar documentos. Estava organizando tudo para poder retornar ao Fórum e, quando mexi no teclado, tinha um recado no computador da minha filha: *“Mãe, me pega na igreja, que eu vou tentar fugir. Nós somos mórmons”*.

Tinha uma festa de Natal na igreja. Fomos até a igreja. Quando cheguei lá com o meu filho, estava uma das meninas, a mais velha, Micaella, com uma senhora chamada Lucena, uma senhora que eu sei que mora na Cidade Baixa. E ela disse: *“Mãe, ela vai me trazer aqui de noite. Me pega aqui. Eu vou ficar ali na frente”*. Isso era meio-dia, eu fiquei ali esperando. Ela disse: *“A gente vai voltar, porque eu disse que é comemoração, e nós vamos estar aqui”*.

Então, ela não conseguiu trazer a irmã com ela, só veio a Micaella. A Micaella, quando chegou, depois desse horário que eu falei com ela, ela não ficava em pé direito, e o nariz estava bem machucado e da boca escorria um líquido branco. E não falava. Ela falava com voz embolada: *“Mãe, eu não consigo ficar em pé. Eu vou ficar lá na frente, enquanto eles estão ali, e você me pega. Você não vai*



conseguir, né?” Eu falei: “Eu vou”. Então, quando saí fora, peguei a minha filha pelo braço, agarrei ela forte e mandei o meu filho correr na esquina e pegar um táxi. Enquanto meu filho corria, essa senhora, a Lucena, chamou muitas pessoas: “Agarrem essa mulher, ela é doente mental, isso é um caso de Conselho Tutelar. Peguem ela”. E eu saí correndo. Foi uma coisa cinematográfica, assim. Saí correndo, entrei no táxi, que meu filho, de 10 anos, chamou, estava logo na esquina, entramos no táxi e fui para o Fórum Central.

Quando eu cheguei ao Fórum Central, o guarda falou assim: *“Aqui não é lugar pra... Ela está drogada”*. Eu falei: *“Olha, ela é uma menina, eu preciso de ajuda, ela fugiu e eu preciso de um documento pra poder levar ela pro hospital, senão eles vão tirar ela de mim”*. E tá. Fiquei lá, a moça falou no telefone. Ela: *“Ai, não tem como fazer nenhum registro”*. Enfim, aí eu saí com minha filha dali, meio arrastada, fui pro DECA.

Nesse momento, em que eu fui pro DECA, fiz o registro, o policial falou: *“Olha, ela está visivelmente drogada”*. Eu disse: *“Micaella, alguém deu alguma coisa?”* Ela disse: *“Mãe, depois de um copo de leite que a Lucena deu, eu não conseguia mais ficar em pé. Mesmo assim, eu insisti para ir e ela me levou lá”*. Enfim, aí peguei, fui andando com ela, porque morava logo aqui também, na outra esquina, na José do Patrocínio. E minha filha não caminhava direito, meu filho foi andando na frente, e meu filho gritou: *“Corre, mãe, que alguém está apontando a arma”*. Vinham dois carros atrás, bem lentamente, e, segundo o meu filho, tinha uma arma apontada. E ele gritava: *“Corre, corre”*.

Quando eu comecei a correr com ela, ela dizendo que não ia aguentar, tirei os sapatos dela, joguei fora. Têm câmeras ali na frente daquele Fórum. E nós fomos correndo. Como eu vinha contra, então, que eu vinha do Fórum e morava na outra esquina, bem na esquina, aqui mesmo, da José do Patrocínio, esses carros então tentaram passar por cima do encostamento que tem ali, né. E meu filho gritava: *“Mãe, não para, não para”*. E eu correndo com a menina. Então, o carro tentou subir por baixo do viaduto, porque ali então não tinha mais como ele seguir. E nós corremos, e enquanto isso eu estava falando no telefone com uma amiga, que inclusive trabalha aqui, contando pra ela que tinha pego a menina. Foi quando



aconteceu esse fato. Corremos, então, e ele gritando: *“Mãe, ele está encostando, ele está encostando”*.

Então, conseguimos entrar dentro de casa. E a minha amiga, desesperada, falou: *“Entra em algum lugar com luz”*. Eu entrei, consegui entrar dentro da minha casa. Fiquei ali. No outro dia, eu estava então organizando alguma coisa, pra tirar a minha filha daqui. E uma delas, foi a Micaella. Então, chegou bastante... Eu tinha descido, deixei ela dentro da casa, fui no telefone. Enquanto isso, uma das minhas vizinhas falou: *“Lindsey, corre daqui, tem muita gente ali, tem uma kombi e tem várias pessoas dentro, e eles disseram que querem a menina. Ou você entrega ou eles vão dar um jeito em você”*.

Nesse meio tempo, eu estava falando com o Zambiasi no telefone, pedindo ajuda pra ele, que ele pudesse me ajudar. Ele falou: *“Sai daí, sai daí”*. Eu falei: *“Eu não vou sair, ela está lá dentro”*. A minha vizinha foi até lá e disse: *“Olha, ela saiu daqui com essa menina, que vocês estão dizendo, que é filha dela, e nós conhecemos. Ela entrou num carro e foi embora”*.

Então, eles ficaram como meia hora ali, minhas duas outras vizinhas deram a volta. Quando eles saíram, eu entrei lá. Pegamos a menina, e o Zambiasi falou: *“Vai no 9º andar e fala com alguém”*. E eu tive medo, porque eles mandaram uma mensagem pro meu telefone justamente dizendo que estavam no 9º andar, o assessor do Deputado Carlos Gomes, junto com o pai da minha filha. Então, eu disse: *“Não, não vamos prá lá”*. Ele disse: *“Então, entra no Fórum e faz um escândalo, pra poder ter uma audiência”*.

E foi o que fizemos. Só que eu, minha filha e o meu filho, quando vimos a menina, ainda vestida também com roupas assim, nós agarramos, nós três nos agarramos. E foi uma confusão, centenas de pessoas foram àquele andar. Só que a juíza, que era a Elisa Carpin, ela disse: *“Ah, é aquela louca, que está aí dizendo que quer as meninas. Você não vai pegar. As meninas foram violentamente machucadas”*. E pegou a Micaella e disse que Micaella era doente mental. E a minha filha falou: *“Olha, vocês estão inventando essa história pra poder afastar a gente da nossa mãe”*.

E essa história se prolonga até hoje, pelo seguinte: porque a Elisa Carpin mandou eu ir até minha casa —, exigiu, inclusive, que eu fosse até minha casa —,



senão não ia levar as meninas. Enquanto eu fui para minha casa, cheguei lá, a casa estava aberta, com tudo revirado. Eu voltei, fui à farmácia, peguei medicação, voltei para o Fórum e minha filha já não estava mais lá. Eu disse... O guarda: *"Não precisa subir, a menina não está mais aqui"*. E eu falei: Cadê minha filha? *"Ah! ela mandou de volta com o pai"*. Eu falei: *"Mas eu mostrei as provas, e a minha filha falou que é tudo mentira"*. Aí ele: *"Pois é, mas ela disse que é ela que decide"*.

Aí, enfim, nesse meio tempo, no outro dia, ficamos dentro do Fórum. Então, no outro dia, trouxe a menina, às 9 horas, teve uma audiência. E nessa audiência ela disse o seguinte: *"Você é doente mental, precisa de um tratamento de 30 dias. Nesses 30 dias, eu vou dar a guarda das suas filhas para minha amiga, que é a Sandra, ela trabalha em um abrigo — até então eu não sabia que era o Pão dos Pobres —, vou dar a guarda para a Sandra, que trabalha no Pão dos Pobres"*. Ela não falou Pão dos Pobres, falou só amiga. *"E eu também vou receber a vó delas, que é a vó biológica, que também disse que é melhor as meninas ficarem em algum lugar"*. Eu falei: *"Gente, olha, parece uma coisa de cinema. Eu tenho uma história de vida e ninguém está levando isso aqui em conta. Você está fingindo que não me escuta"*. E ela, enfim, levou as meninas.

Eu fiquei 30 dias sem contato, sem saber onde estavam. Até que então recebi um telefonema da...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora ficou 30 dias onde?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Eu não sei onde ficaram nesses 30 dias. Eu sei que eu fiquei sem saber onde estavam durante 30 dias e ela também apreendeu todos os telefones que meus filhos tinham ali na hora, das meninas e meu. E sem nenhum contato telefônico. Aí eu falei: *"Por favor, não faz isso comigo. É o Natal, está chegando o Natal. Nós somos uma família. Minha filha chorou"*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Isso tudo aconteceu em que período, senhora? Esse episódio que a senhora está relatando aí — desculpa interromper — aconteceu em que período? Faz quanto tempo?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Sim. Em dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deste ano?



A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Deste ano. Tudo começou no dia 13 de dezembro do ano que passou. Treze de dezembro do ano que passou.

Então, nesse período, eu fiquei sem ver as minhas filhas, sem nenhum contato, depois, tive o contato então do Pão dos Pobres, e passei a ir. Em 20 dias, elas marcaram só final de semana, eu tinha que ser monitorada, elas estavam sempre acompanhadas, cada uma com dois seguranças. Eu não podia me aproximar muito e não podia conversar com elas muito, só olhar ou falar algumas coisinhas.

Um dia, eu cheguei, então, e minha filha estava muito machucada. As pernas estavam sangrando. E eu falei: *"O que aconteceu?"* Ela: *"Mãe, aquele homem ali me enforcou, disse que estava só brincando comigo e ficou me encostando no corpo dele"*. E eu fiquei nervosa, porque elas têm essa idade, mas eu dei uma criação de criança e de adolescente para elas, e não dessas meninas que andam soltas. *"Mãe, e ontem à noite a gente ficou até às 4 da manhã no Baile da Restinga. A Sandra mandou a gente colocar shortinho. Eu disse para ela que a gente não tinha o hábito de usar esse tipo de roupa"*. Ela disse: *"Mas quem manda agora sou eu. Eu decido o que vocês fazem"*.

Então, ela foi para o Baile da Restinga, ficaram até às 4 horas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Quem mandou?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - A Sandra, coordenadora do abrigo Pão dos Pobres.

Então, eu fiquei lá esperando a Sandra e disse: *"Sandra, as minhas filhas não estão acostumadas com esse tipo de situação, não leve mais elas"*. Ela: *"Quem decide sou eu. Eu tenho a guarda"*. E riu. E minha filha disse: *"Mãe, hoje esse homem me enforcou e me encostou o corpo dele. Como eu espernei, ele me enforcou até eu desmaiar"*.

Aí, então, eu fui para a casa, tentei falar com o advogado. Nenhum advogado... Todos que eu tentava eles não queriam a situação, quando falavam com alguém se afastavam. Eu, então, consegui o Dr. Hamilton, que resolveu assessorar. E ele então falou: *"A assistente social ligou e disse que a partir de hoje você não vê mais suas filhas, não têm direito à visita e eu vou conversar com*



Klinger, coordenador da FASE, e ele vai tirar sua pátria e poder". Eu falei: "Quem tira pátria e poder não é a Justiça?" Ela disse: "É, mas a gente faz também essas coisas". Eu falei: "Você não pode fazer isso, eu não sou uma criminosa, você está afastando meus filhos de mim. Eu estou sendo punida por uma coisa que eu não fiz. O que aconteceu? Me devolve". Ela: "É, você vai ficar querendo". Aí eu disse para ela: "Meu telefone está grampeado". Ela disse: "Ah! é mesmo. E daí?" E desligou o telefone.

Eu não pude mais ver minhas filhas. Eu ia lá para a porta e não conseguia mais ver. O segurança, todo mundo já me conhecia assim, porque eu chegava ali e podia ser qualquer um que não tinha me visto. Eles sabiam que era eu. Então, fiquei nessa situação de três semanas, sem poder me aproximar dali. Eles chamaram polícia e tudo. Eu não podia me aproximar. Minha filha então chorava bastante.

O advogado conseguiu, depois de muita briga, que eu tivesse visita às minhas filhas aos domingos, mas nunca voltar pra casa.

Passaram-se então 8 meses até então. A minha filha disse para mim em uma das visitas: "*Mãe...*". A minha amiga então era uma senhora de idade, se mudou ali pra frente, ela tinha uma condição financeira boa, para vigiar as meninas. E ela disse: "*Lindsey, tem um pessoal lá visitando as meninas*". Eu liguei para Sandra imediatamente: "*Sandra, quem é que está visitando as meninas?*" "*Ah! Uns amigos*". Eu falei: "*Não, eu não quero amigo visitando, eu sou a mãe delas*". "*Eu tenho a guarda, eu faço o que eu quero*", falou a coordenadora do abrigo.

Então, eu fui até lá. Micaella disse: "*Mãe vieram uns chilenos aí, uns estrangeiros me visitar. Eu disse para ela que eu não ia passear com eles. Ela disse que ela que mandava*". Elas não foram, porque fizeram bastante birra, espernearam e disseram que não iam passear. E todo final de semana então ela marcava horários para mim diferentes, e essas pessoas iam visitar minhas filhas — pessoas que eu não faço a mínima ideia de quem seja.

Até que então teve audiências que eu não fui chamada, só com Elisa Carpin. E eu disse: "*Doutora, me devolve minhas filhas*". E ela falou: "*Ah! Tá, eu vou te devolver no dia de são nunca*". Eu falei: "*A senhora é uma juíza, não pode falar assim comigo*". Ela disse: "*Eu posso, eu posso fazer o que eu quiser, inclusive tirar*



suas filhas". Eu falei: *"Não, a senhora não pode. A senhora está cometendo um crime contra mim. Eu sou uma mãe"*. E a coisa foi se agravando.

O Tribunal de Justiça me devolveu a guarda das meninas, mas ela não, vai contra o Tribunal de Justiça. E aqui ela diz que não me dá um Termo de Guarda.

Como ela pode ir até contra o Tribunal de Justiça? Eu queria entender, eu sou leiga. Eu quero entender se ela tem esse poder de ir contra uma decisão do Tribunal de Justiça.

O SR. ALDACIR OLIBONI - Quem é a juíza?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - A Juíza Elisa Carpim.

Então, isso vem acontecendo. A Dona Cristina Isabel ligou para mim inúmeras vezes pra dizer: *"Não adianta você estar pedindo pra fulano e cicrano. Eu conheço muita gente. Todo mundo aqui conhece muita gente"*. Aí eu disse: *"Então, tá, Dona Isabel, a senhora então que sabe"*. Porque eu conheci ela aqui, no gabinete, e nunca imaginei que ela pudesse fazer algo assim comigo. Eu só pedi o papel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Dona Isabel?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Isabel Cristina, Iraildes, Cristiano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Dona Isabel quem é? Conselheira?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Conselheira Tutelar, agora. Ela trabalhava, antes de entrar aqui no gabinete do Deputado. Eu conheci todos eles aqui. Antes de tudo isso, assim, eu pensei que nós éramos todos conhecidos, uma espécie de amizade, não é? Pelos anos que... Quando ele precisava do ônibus de doação de sangue, eu, como conselheira, entrevistava junto ao Secretário.

Então, em nenhuma das reuniões do Conselho Municipal de Saúde, pelo qual eu fazia parte até então — solicitei meu afastamento —, o Secretário estava presente. E eu já tinha falado com ele sobre o fato, e ele me mandou uma carta dizendo que tinha sido investigado e que nada era real. Na frente de todas as pessoas, eu gritei porque eu já estava realmente emocionalmente abalada. Eu disse: *"Secretário, o senhor está junto com essas pessoas fazendo isso com uma mãe de*



família?” É o Secretário Adjunto do Município. E ele ficou bastante nervoso. No meio da reunião, ele levantou, sentou, levantou, sentou, pegou o telefonema e então mandou um e-mail para mim no outro dia dizendo que não tinham sido bem apurados bem os fatos, mas que ele ia resolver, que não falasse mais com ninguém. Eu falei: “Eu vou abrir a boca, eu vou gritar na rua, se for caso, quero minhas filhas de volta”.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - O Secretário Marcelo, Secretário Adjunto do Município.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Isso, de Saúde.

Então, isso aconteceu, vem acontecendo. Passaram-se 8 meses. A juíza foi até o abrigo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Essa decisão do Tribunal de Justiça, a senhora pode nos dar uma cópia disso?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - De quando? É de quando isso?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Essa é de agora, é recente. Faz menos de 30 dias. “*Defiro antecipação da tutela para revogar a guarda concedida pela Magistrada — para Elisa Carpin — à Sandra — que é Coordenadora do Abrigo — em favor da genitora — que sou eu —, Lindsey, propriamente*”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E quem é que assina essa decisão? O desembargador? Qual é o desembargador?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - O Desembargador Sérgio Fernando Vasconcellos Chaves, o Presidente; a outra Desembargadora Liselena Schifino Robles Ribeiro, e, de acordo, o Ministério Público. Foi um acórdão da 7.^aComarca, 7.^a Câmara do Tribunal de Justiça, o Desembargador Sérgio Fernandes de Vasconcellos Chaves, presente o Ministério Público, que também ficou de acordo.

Eu tenho mais uma coisa a falar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Conclua. Qual é a conclusão a que a senhora chega? O que é que está havendo por trás disso, dessa situação que a senhora foi vítima com as suas filhas? São duas filhas?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Duas moças.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Qual a idade delas?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Agora têm 16 e 17 anos.

Eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Tinham...

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Quinze e dezesseis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Quinze e dezesseis.

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Eu tive, então... O Ministério Público, em caráter de urgência, fez, então, aquelas avaliações sociais. E, na avaliação social... Ela fez toda a avaliação e, no momento de escrever, ela botou coisas que iriam contra mim, dizendo que eu era uma pessoa destrambelhada, doente, perturbada e que não teria condições de ficar com minhas filhas. Só que ela esqueceu que meu advogado deixou comigo o celular dele, ligado, e gravou tudo o que nós conversamos. O desembargador escutou essa conversa e, por isso, me devolveu a guarda das meninas. Não tinha nada do que ela escreveu ali. Ela botou uma coisa totalmente... Ela é esposa de um juiz, essa assistente social que fez essa questão social. Ela inclusive deu a entender que iria tirar o meu filho também.

Então, eu disse pra ela: *"Vocês... Minhas filhas ficaram no Pão dos Pobres. Os profissionais que estavam lá machucaram ela, tentaram abusar delas, deram chutes, pontapés, onde elas foram pro hospital, machucadas. Eu que sou mãe... Vocês inventaram que eu tinha machucado e espancado."*

Então, nós tivemos uma audiência onde... Nessa audiência, que eu e minhas filhas planejamos pra eles poderem estar lá, ela disse: *"Presente a autora Lindsey, as meninas, o defensor Dr. Hamilton..."* *"Presentes as meninas, onde elas afirmam que a mãe nunca machucou, nunca espancou, e que elas têm um ótimo convívio com a mãe."* Não foi nessa denúncia, feita pelo Conselho Tutelar e o próprio pai... Não compareceu ninguém. A juíza disse: *"Olha, isso é uma palhaçada. O que está acontecendo aqui? Tem alguma coisa errada aqui."* Eu disse: *"Não, inventaram que eu bati nelas, pra poder tirar..."* Ela disse: *"Eu vou te liberar disso daqui. Suas filhas*



estão aqui, desesperadas pra ir embora.” As meninas disseram: “Eu posso ir embora agora?” Ela: “Não, quando sair a degravação, você mostra isso aqui e vocês saem.”

Então, a Elisa Carpin não tinha mais isso daqui contra mim; então ela disse que eu era doente mental. Eu tenho aqui uma avaliação psicológica, um perfil psicológico meu, que foi feito particular. Porque todos os dela diziam que eu sou extremamente louca, uma pessoa que foi indicada ao Prêmio Direitos Humanos no Rio Grande do Sul, que recebeu méritos e medalhas por trabalhar com o ser humano, em favor do ser humano. Eu fazia qualquer coisa, a ponto de me deitar... A imprensa... O próprio *Diário Gaúcho*, a *RBS*... Cansei de, muitas vezes, deitar no meio da rua, parar trânsito pra que não faltasse medicação. Entrei com um processo, que durou 3 anos, para que eu conseguisse convênio médico pras crianças. Como é que uma mulher dessas, mãe, batalhadora pelos filhos de repente virou um monstro e uma louca? Eu tenho laudos psiquiátricos que foram feitos diferentes da situação.

Minhas filhas estão sendo colocadas numa situação pra serem levadas pra prostituição, pra qualquer outra coisa, menos pra ficar com alguém. Então, eu quero ajuda. Elas estão desaparecidas... Desaparecidas, não; elas fugiram. Fugiram, deixaram cartas. Tem uma gravação onde ela diz que foi dopada, que estava presente a Isabel Cristina. A Silvia dizendo: *“Vamos dar doses maiores pra elas.”* Então, eu quero providência nessa situação, porque a guarda me foi dada e ela está fazendo de tudo...

Todo mundo fala: *“Não, isso que você está contando é uma história meio mirabolante.”* Mas está tudo documentado, está tudo comprovado. Não é nada que eu estou inventando, da minha cabeça. Então, assim... Você olha o processo em você diz... Os meus vizinhos fizeram abaixo-assinado e ela disse: *“Isso daí pra mim não vale nada”*. Eles registraram em cartório. Ela quer as meninas.

Foi polícia atrás de mim. Em todos os lugares que eu estava foi polícia, foram pessoas. Lá, onde eu estou agora, todas as pessoas acham que sou uma criminosa. Foi gente, na minha porta, de madrugada; homens, atrás de mim. Foram quatro homens, de madrugada, quase botaram minha porta abaixo. Revistaram a casa, atrás das meninas. Lá, no Ministério Público de Caçapava, a Procuradora disse pras conselheiras de lá: *“Se afasta desse caso!”* Eu disse: *Eu não acredito. Eu estou*



pedindo a sua ajuda. Eu vim pra outra cidade e a senhora está mandando as conselheiras se afastarem? As conselheiras da região que eu moro não querem me ver nem pintada de ouro. E ela: "Lindsey, Lindsey, pelo amor de Deus, não procure a gente". Ela falou desse...: "Não procure a gente, por favor." A procuradora disse pra elas, na minha frente: "Se afastem desse caso". Usou desta forma: "Se afastem desse caso. Existe muito cachorro grande nessa história".

Eu não sou cachorro grande, eu sou uma mãe. Se existe cachorro grande é por trás, tentando pegar duas mocinhas pra fazer algo de muito errado, porque ninguém briga, pô... Há muita criança pela rua aí, precisando que alguém brigue por elas dessa forma, que corra atrás delas. Quem quer minhas filhas? Então, eu não sei mais o que fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Eu queria perguntar duas coisas, rapidamente, senhora Lindsey, é isso?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - As suas filhas, a senhora sabe onde elas estão hoje? Ainda estão lá no Pão dos Pobres?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Não, elas fugiram no dia 19 de junho de lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Fugiram?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Fugiram. Fugiram porque disseram que estavam tentando abusar delas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Lá no Pão dos Pobres?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Lá no Pão dos Pobres, com conhecimento da coordenadora do abrigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Que é a Sandra?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Que é a Sandra. A Sandra, assistente social, enforcou uma delas, tentou enforcar uma delas porque nessa audiência ela disse: *"Eu tinha combinado com vocês, antes de sair, que não podiam falar nada. Era pra deixar a gente falar. Aí você foi lá e se meteu a falar, dizendo que queria ir embora pra casa."* E minha filha disse: *"Mãe, ela pegou e me encostou contra a parede, com toda força, eu bati minha cabeça. E ela disse: 'Você não devia ter falado'".*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim, então em julho elas fugiram...

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Em junho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E a senhora tem contato com elas, sabe o paradeiro delas?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - No momento, não. Tinha uma amiga minha, que morava também, que se mudou pra frente do Pão dos Pobres pra vigiar minhas filhas, até a gente conseguir tirar de lá. Ela faleceu agora, faz 1 mês. Entrou num grau de depressão muito grande porque ela concluiu, pelas pessoas que estavam indo lá, que minhas filhas estavam provavelmente sendo encaminhadas pra alguma situação. Até porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Prostituição.

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Prostituição. Até porque as pessoas que iam visitá-las eram homens.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - As suas filhas fugiram e não fizeram contato com a senhora? A senhora não tem ideia...

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Fizeram contato de primeiro passo dizendo que iriam pra casa da avó — a avó que é uruguaia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Avó paterna?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Avó paterna.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E a senhora sabe se elas estão lá?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Não, elas não estão lá. Elas não estão lá. Elas mandaram uma carta, recentemente. Uma, não, mandaram várias cartas pro Dr. Hamilton dizendo que estavam bem. Mandaram gravação dizendo que estavam bem, dizendo que eu não falasse com qualquer pessoa, porque há muita gente envolvida — até dentro do Fórum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas eu lhe pergunto o seguinte. Se a senhora tem um relacionamento afetoso, de benquerença com elas, e vice-versa, como a senhora...

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Sim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - ... revelou aí, em várias passagens do seu depoimento, da sua narrativa...

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - ...como é que a senhora explica o fato de a senhora estar hoje... Tem o celular, tem endereço, residência fixa, tem advogado. Por que as suas filhas não se apresentaram à senhora, pelo menos por via telefônica, ainda que elas tivessem a preocupação de não expô-la, de protegê-la, de não revelar o contato mais íntimo por conta do que pudesse ocorrer? Por que a senhora não conseguiu ainda ter contato direto com elas, ainda que por telefone ou por... Como é que a senhora responde a essa indagação?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Pelas coisas que aconteceram anteriormente a isso. Eles tinham informação do Facebook, de conversas. Os nossos telefonemas, eles sabiam o que era conversado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim, mas pelo telefone, um telefonema delas pra senhora dizendo que estão bem, estão com saudade.

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Não, elas falaram comigo. Depois, enviaram cartas e depois mandaram essa gravação. Eu sei que elas estão bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora não sabe onde nem...

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Não. E nem procuro saber, porque sei que, se perguntar onde elas estão, eles vão pegá-las. Até porque um Vereador da cidade mesmo estava conversando comigo quando, de repente, apareceu um carro, dando voltas ali, e perguntou se sabia onde morava Lindsey. Não sabia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Vereador de onde?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Da região onde nós moramos. Então, eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora mora onde? Aqui, em Porto Alegre?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Eu me mudei pra Santana da Boa Vista.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, esse Vereador de Santana estava conversando com a senhora quando alguém...

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Estava conversando comigo e pessoas perguntaram onde, no caso, a gente se encontrava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E...

(Não identificado) - Posso dar uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pode. Com certeza, Deputado.

A senhora admite... Qual o interesse dessa conspiração, desse complô, dessa organização? Porque a sua história é farta de relatos bastantes...

O SR. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Exato. Parece um filme, mas é fato real.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não. Não é filme. Isso acontece. Existem coisas reais. Mas eu digo: é uma história cheia de personagens importantes.

O SR. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Quer dizer, é uma coisa maior do que um fato episódico, corriqueiro. Eu pergunto: qual é o interesse disso tudo por trás? Quer dizer, é a captura das suas filhas para o mercado da prostituição?

O SR. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Com certeza, porque não existe outra explicação pra tal situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Com a cumplicidade de todos esses personagens, inclusive do pai biológico?

O SR. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Não sei se com todos esses personagens. A princípio, acho que o Carlos Gomes se envolveu na história pra me pegar de alguma maneira, porque ficou bravo, porque usei a frase para ele: *"Eu não tenho rabo preso com ninguém. Você tem."* Então, talvez, porque eu toquei no ego dele de alguma maneira e ele quis mostrar poder, quis mostrar força.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Esse Deputado Carlos Gomes ainda é Deputado hoje?

O SR. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Sim, ele ainda é Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora acha que ele tem envolvimento com isso?

O SR. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - A princípio, no começo, sim, até porque nós nos encontramos, quando as meninas sumiram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas por que a senhora diz a princípio e, depois, a senhora se afastou dessa hipótese?

O SR. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Sim. Não, eu não imagino que ele se afastou depois que eu falei com o bispo da igreja, consegui falar com o bispo. Eu vi que as coisas ficaram mais amenas, mas o Conselho Tutelar, não. Mas nós conversamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Conselho Tutelar, que é essa Isabel?

O SR. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Isabel Cristina, Iraíldes, que trabalhavam aqui também até então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, a senhora, vamos dizer, afastando a possibilidade dessa (*ininteligível*), a senhora acha que... Quem é que está por trás disso, na verdade, contra a senhora?

O SR. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Olha, a princípio...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora fique à vontade se não quiser falar aqui.

O SR. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Não, a princípio, tudo começou com Carlos Gomes. Eu mostrei, inclusive, mensagens do telefone dos assessores dele para a Dra. Karine, que trabalha aqui. Eu tenho essas mensagens. Mostrei pra ela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Quem é a Dra. Karine?

O SR. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - A Dra. Karine, que trabalha aqui. É assessora, acho, do Presidente dos Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim.

O SR. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Mostrei essas mensagens para a Doutora. Não sei se dá para escutar. “(...) *falou pra escrever algumas coisas, pra não esquecer de nada, pra deixar tudo bem pontuado pra poder falar agora. Oi, mãe. Espero que esteja tudo bom com você e com o Charles. Quando escutar essa*



gravação, quero que a senhora grave ela com você. E quero que a senhora tenha a certeza de que a gente está bem e que a senhora tome cuidado com Miguel porque ele estava pretendendo vender a gente pra um amigo dele essa semana. Olha, mãe, abra o olho, porque tem muita gente envolvida nisso. Tome muito cuidado com o que vai falar. É... Só quero falar, só quero falar que tudo vai ficar bem. Mãe, fugimos. Mãe, nós fugimos do Pão dos Pobres. Nós fugimos, sim. E não vamos contar para ti onde a gente está, porque senão eles vão querer vir atrás de ti. Quero que tu te cuides, que cuide do Charles, cuide de todos os nossos amigos, pelo menos dos que restaram. E eu também queria dizer, gostaria de dizer para quando tu resolver tudo para postar no seu Facebook, porque a gente vai saber. Com toda certeza, a gente vai saber. E, se possível, lê o processo para ajudar a gente tirar o nome desse homem, desse nojento, porque dele a gente não quer nada, nem mesmo o nome, pra que não exista vínculo com um mau caráter como ele. Ah, estou falando do Miguel, caso ninguém saiba que o mau caráter é ele. Mãe, eu estou morrendo de saudade de ti, dos missionários, da igreja, das tuas comidas malucas e estranhas. E eu espero não ter que mais 1 ano ficar sem férias, como as nossas férias divertidas eram, ficar sem um Natal, manter um Natal em família, porque já não basta o ano passado. E não poder estar em casa neste ano, também, vai ser um tristeza não está no Natal perto de vocês. Mãe, não sei se tu te lembras da Isabel Cristina e da Iraildes, aquelas do Conselho de Porto Alegre. Elas pegaram um bebê lá no Hospital Fêmina. Ela disse que era filho do marido dela. E o Hospital é bem conivente com isso. Eles pensaram que tinham me dopado, mas eu escondi os remédios. Eu estava ouvindo tudo que eles falavam. Eu joguei os remédios fora e fingi que estava dormindo. Mãe, se cuida, porque o bolo, te cuida, porque toda (ininteligível) está fedendo e está podre — desculpe o linguajar, é porque ela é adolescente — e porque eles estão envolvidos até o pescoço com essa coisa de tráfico de criança. É, minha mãe, eu quero te dar um beijo. Estou te mandando um beijo, porque eu te amo. Eu queria agradecer muito o Dr. Hamilton, que está ajudando muito a gente, os doutores advogados. E eu te amo, amo o Charles. Eu quero logo poder voltar, ter férias...”

Bem... (A oradora se emociona.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Como é o nome delas?



A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - É Michaela e Carla Rafaela. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora teria mais alguma coisa para nos informar?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não. Obrigado.

O Deputado queria fazer uma consideração? Pois não.

Antes, a senhora poderia... Isso, cópia disso. Eu queria depois ver se a gente consegue também uma gravação dessa... Gravou? O.k.

O SR. ALDACIR OLIBONI - Nobre Deputado Arnaldo, eu estou assim até um pouco não só surpreso, mas até assustado em perceber que aqui no Rio Grande do Sul está acontecendo isso. Mas diante desse fato eu acredito que V.Exa. poderia, para que os órgãos estaduais aqui pudessem ter mais participação de acompanhar a família, acompanhar a mãe, e que V.Exa. — não sei como é que pode ser encaminhado isso —, solicitar para que a Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres e a Polícia Civil, através da Secretaria de Segurança, pudessem ouvir novamente essa senhora. Mas há mais pessoas que eu acho que tem que ser ouvidas. E creio que tanto a Secretaria de Políticas para as Mulheres como, a princípio, eu também poderia fazê-lo é ouvir o Deputado, ouvir os Conselhos Tutelares, ouvir a entidade Pão dos Pobres, porque eu acho que aí tem muita coisa escondida.

Então, se cabe aqui um pedido, acho que é importante a proteção dessa senhora, mas, ao mesmo tempo, isso pode ser relatado, reiniciado tudo novamente. Se é possível que... Nós ainda não temos a Frente Parlamentar constituída. Portanto, podemos fazê-lo logo adiante. Mas que V.Exa., em função de ser Presidente da CPI, possa solicitar que o Estado se envolva nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu queria só... A senhora disse que tem um atestado particular de sanidade plena das suas...

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Tanto o psicológico, o perfil psicológico, quanto o psiquiátrico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É. E a senhora fez referência, salvo engano — e, aí, a minha pergunta —, a senhora disse que esse



atestado contestava a versão... Essa outra versão tem alguma... A senhora se submeteu por algum órgão ou a Juíza requereu...

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - ... ou alguém, de um perito oficial ou de um psicólogo ou de um psiquiatra oficial uma avaliação neurológica, psiquiátrica da senhora?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Não, de forma alguma. Eu apresentei só porque ela falou de boca e eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, aqui só foram argumentos verbais para tentar lhe desqualificar, se eu entendi.

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Tanto dela quanto das conselheiras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas eu pergunto: esses argumentos adversários seus estavam pautados de alguma avaliação técnica ou não? Eram...

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Sim. Foram feitos por médicos — não sei se é nesse termo —, médicos registrados, não envolvidos na sentença. Foram médicos particulares. E um médico da Prefeitura. O psiquiatra foi da Prefeitura. A médica que faz o perfil psicológico foi uma particular. Ela não sabia da situação, até porque nós tivemos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim. Ela fez o quê? Ela fez uma consulta com a senhora?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Não. Uma, não. Ela fez vários atendimentos para se projetar um perfil psicológico meu. E, depois, eu tive consultas com psiquiatra da Prefeitura da região, pra poder ele também me dar um atestado de sanidade, porque, segundo a Juíza, segundo as Conselheiras e segundo a Dra. Silvia, com a qual eu discuti por outras situações, enquanto Conselheira, disse que eu tinha sugestivos problemas mentais. Então, uma pessoa que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E ela se baseava nesses laudos?



A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Não, não. Não existiam laudos. Não existia nenhum documento. A Juíza afirmou sem documento. Ela afirmou de boca só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim, mas a senhora disse que essas entrevistas que a senhora teve...

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Ah, não, não. Isso são... Essas entrevistas, depois do fato acontecido, teve a entrevista chamada, que é uma entrevista social onde se faz o perfil social da família e tal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O perfil, sim.

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - E um assistente social, então, fez totalmente contrário, o que me prejudicava totalmente e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, eu sei. O perfil social que é feito às vezes por uma assistente social...

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Do Fórum, foi feito no Fórum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu pergunto o seguinte: há algum atestado psiquiátrico, ou de algum psicólogo, ou de algum psiquiatra, ou de algum terapeuta...

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Deles?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deles, vamos dizer assim.

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Não, nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Nada?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Só tem o seu que a senhora pediu para poder contestar as argumentações?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Para poder contestar. Eu não precisaria porque eles é que tinham que provar, mas todos eram meus.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A Secretária, a senhora queria fazer... Depois eu queria já finalizar com algumas providências. Se a senhora quiser fazer alguma consideração, fique à vontade.

A SRA. MÁRCIA ELISÂNGELA AMÉRICO SANTANA - Sr. Deputado, obviamente nós estamos aqui numa CPI ouvindo seriamente o depoimento que a



Lindsey traz. No depoimento que a Lindsey traz, nós verificamos uma série de questões graves, gravíssimas, que são de responsabilidade do poder, muitas delas do processo investigativo, uma série de questões que dizem respeito ao poder público, seja ele do Estado, seja ele do âmbito municipal, porque nós estamos falando de política de convivência familiar, nós estamos falando de violência contra a mulher, nós estamos falando de Tribunal de Justiça, e as questões que ela traz aqui são graves. Então, eu, na condição de Governo de Estado, também tenho as minhas responsabilidades obviamente no que diz respeito à segurança e à garantia de direitos, no que diz respeito à questão de gênero, às questões da mulher.

Gostaria, se o senhor assim permitir, tão logo encerrada a sessão, que nós pudéssemos combinar algumas questões de forma reservada inclusive e, por óbvio, a sua decisão, a decisão desta Comissão, no que diz respeito ao andamento e à avaliação do caso, é que deve predominar. Mas gostaria, então, de forma reservada, após esta sessão, poder combinar algumas coisas no que diz respeito ao andamento deste caso aqui relatado.

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Por gentileza, posso fazer um comentário?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pode.

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Eu gostaria muito de deixar um pedido para vocês: que façam também uma CPI no Judiciário, onde existe uma grande necessidade, porque esse é só o meu caso, têm muitos outros por aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora sabe, nessa epopeia toda que a senhora viveu aí, a senhora desconfiou, percebeu se existiam outras jovens nesse abrigo Pão dos Pobres...

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - ... em situação similar à das suas filhas?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Sim, claro, com certeza. Só que... inclusive as minhas filhas mandaram cartas, de dentro mesmo, porque eles tinham momentos no computador, mandaram dizer que estavam indo nessa... Era dado dinheiro, aí eles escolhiam, tinham que escolher os *shorts* para poder ir lá nesses bailes. Eu informei para ela que não levasse porque a gente tinha uma regra



de vida, nós erámos mórmons, elas acompanhavam desde criança, que elas não aceitavam esse tipo de situação e que não estavam se sentindo bem. Foi aí que ela falou: "*Quem manda sou eu*".

Uma das meninas que tem lá foi pra casa... É costume, é rotineiro a coordenadora mandar pra casa dos profissionais que trabalham lá. Um dos profissionais, chamado Adriano, mostrou a parte íntima para uma menina chamada Carlinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Adriano, de onde é?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Ele é profissional, trabalha no Pão dos Pobres, os que são usados para fazer contenção nas meninas. Inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Usados para fazer o quê?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Contenção, agressão física. O meu advogado discutiu com eles. Eles disseram que iam tentar mudar isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas esse abrigo Pão dos Pobres é abrigo de amparo para vítimas...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - A princípio, eles fazem contenção, eles batem.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu não entendi. Existem profissionais nessa instituição para fazerem contenção física nas meninas?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Eles agredem as crianças. Meninas de 8 anos, a minha filha mandou dizer aqui, tomaram chute no meio das pernas, assim como minha filha. A Sanda me tirou a visita, naquela época, porque a minha filha estava com um hematoma muito grande nessa região do bumbum...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Essa é uma casa da Prefeitura?

A SRA. MÁRCIA ELISÂNGELA AMÉRICO SANTANA - É uma casa conveniada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Conveniada.



A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Ela tinha um pé desenhado no bumbum, e minha outra filha estava com a parte íntima toda roxa, muito machucada. Ela: *"Mãe, olha como é que eu estou."* Eu disse: *"Alguém fez alguma coisa?"* Ela disse: *"Não. O Diego deu um chute muito violento no meio das minhas pernas, que eu desmaiei."* Eu disse: *"A Sandra não viu?"*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Diego é um desses funcionários?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Um dos funcionários. Quem agride...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É o mesmo que mostrou a parte íntima para essa outra?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Não. Quem mostrou foi o outro profissional, chamado Adriano. Adriano mostrou a parte íntima, não só para as minhas, para outras meninas também. Minha filha mandou para a Dra. Elisa Carpin, que ajudasse as outras crianças, mandou uma carta dizendo que as meninas estavam...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Elisa?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Elisa Carpin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É a juíza?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - É a juíza. Ela mandou essa carta pra ela, mas ela disse que isso daqui pra ela não tinha o menor interesse. Eu disse: *"Você sabia que o pai das minhas filhas tem prisão? Tá aqui o mandado."* Ela disse: *"É, isso pra mim também não faz a menor diferença."* Eu falei: *"Pôxa vida, então, nada pra senhora faz a menor diferença?"* A minha história de vida não faz uma diferença? Eu trabalhei pra ajudar as pessoas, eu não mereço nem "obrigado"? Eu não queria "obrigado", mas será que eu não mereço nem *"Pôxa vida, que bom que ela fez?"* O próprio Oliboni, eu tive quantas reuniões com você, quando você estava na COSMAN, em prol de ajuda a outras pessoas e outras crianças e lutar contra problemas que outras crianças sofriam, e, de repente, está acontecendo comigo. E, por isso, eu às vezes paro e não consigo acreditar que está acontecendo esse tipo de situação na minha vida.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) – O.k. Eu reputo o seu relato de uma gravidade extrema.

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Inclusive, alguns repórteres amigos meus disseram: “Se afasta. Deixa isso pra lá.”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Infelizmente, a delegada já teve que sair, mas, pelo que a senhora relatou aí, a senhora não fez nenhuma denúncia...

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Tudo documentado, tudo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) – Não, policial. Não houve nenhum inquérito policial?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Sim, houve registros policiais relacionados ao que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas foi aberto inquérito, a senhora lembra, pra investigar?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Não. Só contra mim. Só contra mim. Todos se voltaram contra mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, mas deixe eu lhe dizer...

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Sim, eu fiz o registro, mas eu virei ré.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora fez o registro onde?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Na DECA. E, quando foi pro Fórum, eu virei ré, tanto nesse de agressão quanto no de rapto e tudo. Inclusive, botaram uma nota no jornal, no *Jornal do Comércio*: Lindsey...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas houve o inquérito feito?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Foi feita a investigação?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Isso, contra mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A investigação não constatou absolutamente nada disso que a senhora nos relata?



A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Não, não. Só contra mim. Só coisas que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora sabe quem foi que presidiu esse inquérito?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Não, não, não sei. Mas... Não, teve uma das audiências, que foi essa daí, que, então, o meu advogado estava... Eu e as meninas combinamos e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deixe eu lhe explicar direitinho. Não estou falando de audiência no Fórum.

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Ah, não. Não teve audiência, não teve o inquérito ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Veja bem, deixa eu lhe explicar, porque a senhora não tem obrigação de entender, e, às vezes...

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Se a senhora faz uma denúncia... Se eu chegar agora a uma delegacia de polícia e disser que meus filhos foram raptados, que eu fui rondada, alguém ameaçou com uma arma, e o meu filho gritava pra eu ter cuidado que alguém ia me atirar, ou, enfim, ou qualquer coisa dessa natureza...

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - ... e faço uma denúncia, a autoridade policial tem por dever investigar.

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Não houve essa investigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Porque eu posso ser louco, realmente, estar surtando e inventar uma história, eu posso criar uma situação pra incriminar gratuitamente alguém, ninguém me proíbe disso. E a outra hipótese é que isso tudo seja verdade. Então, a autoridade policial investiga, pra saber se a sua versão tem sentido, ela é correta, ela é mais ou menos correta, ou ela não tem...

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Sim, entendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, veja bem. Esse inquérito vai produzir uma conclusão, se a senhora tem razão no seu pedido, quem



foram as pessoas que estavam lhe ameaçando, etc. etc. Depois, isso entra na fase judicial, dependendo da caracterização do caso. Eu pergunto: Quando a senhora chegou à polícia, esse inquérito de investigar, pra saber, foi aberto?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora se lembra?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não sabe?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Não, não foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não foi.

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Só o que foi feito contra mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, mas o que a senhora denunciou...

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - O que eu fiz, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora não sabe por quê, também?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Não, isso eu não sei por quê. Só o que eles fizeram foi aberto pra ser investigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Tá certo. Eu acho que há algumas providências que precisam ser feitas, imediatamente. É a senhora formalizar isso na polícia. E eu queria já colocar à disposição esse depoimento, que tem fé pública aqui na CPI, porque nós estamos em uma audiência oficial da Câmara dos Deputados, aqui na Assembleia Legislativa, já disponibilizar, como a autoridade policial que, infelizmente, não está aqui, mas a senhora pode fazer. A senhora é da Secretaria também, Segurança Pública. Então, a instituição aqui está representada. Eu gostaria que a senhora pudesse, depois, combinar para formalizar o seu depoimento, o seu e o do seu esposo, e nós já vamos disponibilizar o seu depoimento aqui para esse...

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Só um minutinho, por favor. Depois, a senhora vai ter oportunidade de falar.



A outra coisa, nós precisamos depois conversar, eu acho que a senhora tem que ter algumas medidas de proteção. A sua denúncia está envolvendo muita gente. E pelo que a senhora nos relatou aqui, há uma rede, ou pode haver uma rede que... Não quero aqui fazer nenhum prejulgamento, nenhum juízo, mas pode estar operando no caso das suas filhas, como pode estar operando também em outras direções. Está certo? Esse inquérito, com certeza, além da denúncia que a senhora está fazendo aqui, também tem que investigar o paradeiro das suas filhas. E pela gravação que a senhora nos mostrou aqui, elas estão no anonimato talvez até para lhe proteger ou para protegê-las também, e sabe lá em que circunstâncias faz uma filha com as declarações carinhosas em direção à mãe, silencia sua identidade, sua localização, etc.

Há uma outra coisa que precisa também ser investigada sobre essa situação desse abrigo Pão dos Pobres, porque se metade do que a senhora falou aqui estiver acontecendo nesse abrigo, isso aí é a porta de entrada do inferno, no conceito que cada um tenha do inferno. Mas, enfim... Como, dependendo do desdobramento dessa investigação policial, talvez por conta dessa situação de fronteira, nós tenhamos que recorrer ao pedido da Polícia Federal para acompanhar esse caso também, porque a gente pode estar aí diante de uma... Mesmo que alguns desses personagens que a senhora citou aqui não estejam diretamente envolvidos em uma rede criminosa, ou alguma coisa parecida, mas existem muitas conexões aqui no seu relato que no nosso entendimento não estão aí por acaso. Talvez a gente tenha necessidade de convocar em Brasília para fazer o depoimento lá, junto a outras autoridades também.

Eu queria só pedir à senhora, também, a possibilidade de periciar essa gravação que a senhora revelou aqui, se a senhora não se opuser, nós precisaríamos para que isso possa ser peça. Se a senhora não se opuser, a gente gostaria de ver a possibilidade de periciar.

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Deputado, eu tive...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora teria mais alguma coisa para falar?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Sim, eu tive nessa situação toda, eu apresentei toda ela para o Senador Paim, numa reunião com ele e



com esse Vereador da região lá de Santana da Boa Vista. Fiquei aguardando o retorno, até que um dia, como estava demorando bastante, meu advogado ligou, falou com o Manoel, que é o assessor dele, e o Manoel falou o seguinte: *“Olha, Dr. Hamilton, deixa essa situação pra lá, porque tem um monte de gente querendo essas meninas. Alguma coisa tem. Então, deixa essa situação para lá”*. Meu advogado ficou bastante irritado. Disse assim: *“Eu esqueci que vocês só defendem bandido. Mãe de família, mulher que está passando uma situação dessa, vocês não defendem”*. Então, ele discutiu com ele e desligou o telefone, o Manoel, assessor do Senador Paim. Então, assim, teve tanta gente que poderia me ajudar, simplesmente não me ajudou.

Agora, tem uma guarda que foi dada a mim, e a juíza simplesmente... Onde existe isso que ela pode bater de frente? Ela tem essa autoridade? Eu também sou leiga nesse assunto de bater de frente com o Tribunal de Justiça. Eu queria entender também. Ela pode me dar... Coisa que eu já tinha, né, fui eu que criei sempre as minhas filhas e tinha isso judicialmente. E ela simplesmente se recusa a dar uma coisa que já era minha e me devolveram. Então, também que eu acho muito estranho. Ela já não tem boa fama mesmo lá, que ela é de Caçapava inclusive, falaram pra mim isso então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Com relação à guarda, há uma decisão do desembargo do tribunal, que não pode ser revogada por uma decisão monocrática de uma juíza. Eu não sei como é que... Tem alguma coisa muito estranha nisso. Pelo que a senhora leu aí, eu estou aqui olhando à distância, a guarda é sua.

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora já recuperou a guarda dessas crianças?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Que já era minha, né, e me tiraram ilegalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim, mas a Justiça pode retirar a guarda de uma mãe em situações muito, muito específicas, definidas em lei. Não pode ser um ato de arbítrio de quem quer que seja. Mas, pelo que a senhora leu aqui, a decisão de revogação da guarda...



A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Que foi dada pra Sandra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Concedida anteriormente...

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Devolvendo-a pra mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu pergunto se alguém gostaria ainda de fazer alguma consideração sobre o... Deputado.

O SR. ALDACIR OLIBONI - Nobre Deputado, nesse caso, devolvendo a guarda pra mãe, a mãe procurou alguém pra receber as filhas de volta? Parou por aí? Por que a senhora não recebeu as filhas?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - O meu advogado está frequentemente falando com a juíza. Ela inclusive ligou pessoalmente para o meu advogado pra falar desaforos pra ele. Disse que, se ele não desse um jeito de entregar as meninas de volta pra ela, que ela ia botar — está escrito —, polícia aduaneira, polícia...

O SR. ALDACIR OLIBONI - O advogado ouviu isso?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Ouvi dela.

O SR. ALDACIR OLIBONI - Quem é o advogado?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - O Hamilton Pereira, meu advogado.

O SR. ALDACIR OLIBONI - Então, nós vamos ter que ouvir esse advogado também, nobre Presidente.

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - A Juíza Elisa Carpim ligou pra ele, ela própria, assim como ligou pra outras pessoas pra dizer que eu era uma louca. Então, o próprio Judiciário liga — quem sou eu? Uma mãe de família, virei agora uma pessoa que precisa de tanto poder pra tentar, sei lá, por conta de duas mocinhas? Então, ela ligou para o meu advogado, falou desaforos pra ele e escreveu depois, está escrito, dizendo que, se ele não desse um jeito de me devolver as meninas, então, que ela botaria atrás de mim Polícia Aduaneira, Polícia Ferroviária, Aquaviária...

O SR. ALDACIR OLIBONI - Eu não entendi. Ela disse pra ele que, se ele não desse um jeito...



A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Que eu devolvesse as meninas pra ela, que ela ia colocar toda a polícia do Rio Grande do Sul — assim já tinha colocado, né?

O SR. ALDACIR OLIBONI - Não, mas eu não entendi. Devolver as meninas pra ela? Pra juíza?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Isso, devolver, porque a Sandra é amiga dela, que tem a guarda, né? Então, ela quer as meninas de volta, ela quer as meninas de volta. A minha amiga, essa que morreu, bateu de frente, disse: *"Pra que quer duas meninas de volta? Tem uma criança ali na frente do Fórum deitada, uma mocinha, pega ela"*. Mas ela quer as minhas filhas. A minha amiga até disse: *"Você vendeu e não entregou."* Usou esse termo pra ela.

O SR. ALDACIR OLIBONI - A guarda hoje, antes dessa decisão, está com Sandra?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Antes dessa decisão aí estava com a Sandra, essa amiga da juíza.

O SR. ALDACIR OLIBONI - Pois é. E, a juíza, decidida por ela?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Por ela.

O SR. ALDACIR OLIBONI - Eu não entendi ainda por que que ela falou para o seu advogado...

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Ela falou para ele, porque teve pessoas que entraram dentro da antiga casa que eu morava, polícia; fizeram busca dentro de ônibus, na estrada. E teve uma investigação na região onde eu moro, para tentar achar as meninas, mas ela não encontrou, depois que elas fugiram. Então, ela disse que eu tinha conhecimento, e o advogado também. E se a gente não desse um jeito de devolver, que ela ia botar toda a polícia, aeroviária, aeroportuária, aduana, tudo o que tivesse ao alcance dela, ela ia botar atrás de mim, para pegar as meninas de volta. E aí a minha amiga gritou para ela: *"Então, você vendeu e não entregou a mercadoria."* E ficou esse bate-boca aí.

A minha amiga ficou com uma grave depressão e terminou indo a óbito, uma mulher jovem, porque amava as minhas filhas, e todos os meus vizinhos. Eles inclusive fizeram os abaixo-assinados. É uma história sem pé e sem cabeça, mas que está acontecendo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. *(Pausa.)*

Bom, eu pergunto se alguma entidade ou alguém teria alguma informação a prestar, algum esclarecimento, algum registro a fazer em relação às pessoas que estejam em nossa audiência.

Em não havendo... Pois não, senhora.

A SRA. RUBIA ABS DA CRUZ - Meu nome é Rúbia Abs da Cruz, Diretora de Justiça da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não, Dra. Rubia. Fique à vontade.

A SRA. RUBIA ABS DA CRUZ - Na verdade, eu não acompanhei todo o depoimento, mas como eu ouvi o senhor colocando no sentido de alguma forma de proteção, que, talvez, seja necessária. Eu gostaria de colocar que, se a vítima, a testemunha ou quem está denunciando, neste momento é a denunciante, se houver algum tipo de ameaça, ou que ela sofra algum tipo de ameaça e que tenha risco à sua integridade física, enfim, dentro da Secretaria de Justiça, tem o Protege, que é um programa de proteção a testemunhas. E, caso seja necessário, com a investigação que for realizada aqui, o Estado também pode dar proteção. E o Estado também está começando com um trabalho, como deve ter sido explicado aqui, sobre o tráfico de pessoas. Então, vai-se dar uma atenção específica ao caso.

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Eu fiz essa solicitação no dia anterior que teve o fato de o carro ir atrás de mim com a minha filha.

A SRA. RUBIA ABS DA CRUZ - A senhora pediu ao Protege?

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - Eu pedi proteção àquele que fica na Santana, dos Direitos Humanos ali do Santana. Acho que é o Ministério Público.

A SRA. RUBIA ABS DA CRUZ - Eu não sei qual é. Mas esse é um programa do Estado, o Protege. É específico.

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - É, foi ao Estado. Eu pedi ajuda ao Estado, proteção ao Estado.

A SRA. RUBIA ABS DA CRUZ - É, pode ter sido uma proteção, talvez, à polícia diretamente, mas não a esse programa de proteção.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Esse é um programa específico para as pessoas que estão...

A SRA. LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON - É, eu fui ao Ministério Público, na verdade, ali do Bairro Santana e solicitei proteção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É outra coisa. O que a senhora foi é outro. Esse aqui é um programa do Governo do Estado para proteção de vítimas que se sentem ameaçadas.

Bom, para finalizar, acho que estamos aqui concluindo as nossas... Eu queria agradecer às entidades, às instituições, ao Deputado que esteve presente, aos Secretários, às representações do Governo do Estado aqui presentes, em nome da Secretária Márcia Santana.

Cumprimento todas as pessoas aqui representativas das instituições do Governo, a imprensa presente e a Sra. Lindsey Larson, que trouxe aqui essa denúncia.

Nós teríamos outros casos aqui, mas já formalizamos, já tomamos as providências para formalizar os pedidos de informação.

E quero dizer o seguinte: essas situações e relatos como esses que ouvimos aqui estão tomando uma proporção, talvez empurradas aí pela audiência da novela que desnuda uma realidade que muita pouca gente tinha consciência. Mas é preciso a gente deixar claro que essa questão do tráfico de pessoas — a modalidade que temos mais registros é para fins de exploração sexual de mulheres; lamentavelmente as mulheres ainda são as grandes vítimas desse processo — é uma tipificação criminal que cresce no mundo inteiro. Hoje são 3 milhões de vítimas, no mundo, por ano, do tráfico de pessoas, em um mercado poderoso, que movimenta em torno de 35 bilhões de dólares por ano. E o Brasil é um dos seis países com maior consumo dessa prática criminosa, não só na questão da exploração sexual de mulheres, mas no mercado ilegal de adoções, como nós estamos vendo no caso de Monte Santo.

Aliás, uma das supostas agenciadoras tem trânsito e opera também aqui no Rio Grande do Sul. Na hora em que ela apareceu na televisão, houve pessoas que a identificaram, inclusive, como suspeita de ter traficado crianças ou de estar próxima dessas famílias que tiveram crianças desaparecidas. E nós temos, hoje, a convicção



de que essa Carmem Topschall tem uma participação direta. De alguma forma, não sabemos ainda o tamanho, a extensão o grau de comprometimento dela, mas ela tem uma participação clara, porque é muito recorrente o nome dela em vários e vários casos no interior da Bahia e em outros lugares do Brasil.

E há a questão da adoção de crianças, o mercado ilegal de adoção, a questão do mercado clandestino de órgãos, essas agências de modelo que também servem de captura de jovens seduzidas pela ideia da fama, do sucesso, do empoderamento, que acabam sendo presas fáceis para a prostituição de luxo no exterior. E nós já temos vários casos investigados na CPI que revelam nitidamente, mais ou menos, esse enredo que aparece como ficção na novela.

Há a questão das escolinhas de futebol também. Segunda-feira foi confirmado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo o caso da Portuguesa de Desportos, onde houve crianças que foram desviadas do suposto laboratório de produção de craques, também seduzidos por essa ideia de fama, de contratos milionários, etc.

E, lamentavelmente, a sociedade civil brasileira não tem consciência, acha que esse problema é muito distante, que não tem nada a ver consigo. As instituições também não têm consciência. O Estado brasileiro — e quando falo Estado, refiro-me à União, aos Estados e aos Municípios — tem muito pouco aparato para fazer esse enfrentamento, até porque a cultura jurídica brasileira e a cultura social valoriza muito pouco o crime contra a pessoa; é muito mais fácil a valoração do crime patrimonial do que o crime contra o bem jurídico maior que a sociedade tem, que é a vida humana, infelizmente.

No meu Estado, o Pará, é muito mais fácil você mobilizar, às vezes, uma autoridade policial para investigar um crime patrimonial do que encontrar uma criança que foi aos 10, 11 ou 12 anos abusada sexualmente. E alguns até mandam de volta para a casa, como se não fosse um problema de polícia e de investigação, lamentavelmente.

Portanto, nós estamos, de certa forma, remando contra a maré, mas em um caminho muito fértil, porque essas coisas começam a ter...

E eu acho que, grosso modo, temos três objetivos, pelo menos é o que a gente estabelece nesta CPI. O primeiro é isso que nós estamos fazendo aqui, é dar divulgação, é amplificar o conhecimento da sociedade de que esse é um problema



real e de que todos têm reponsabilidade. Esses crimes são praticados na clandestinidade, não são crimes praticados de forma visível. Eles estão de forma recorrente mascarados sob uma outra coisa qualquer. Portanto, se não houver a cumplicidade para denunciar, da sociedade civil... Isso que essa mulher, de forma corajosa, está fazendo hoje aqui, inclusive se expondo, é uma responsabilidade de todos nós. É preciso que a gente estimule que a sociedade, de posse, de consciência da gravidade, da complexidade, da recorrência, da dimensão desse problema, ela se disponha a denunciar.

A outra coisa é aparelhar melhor o Estado brasileiro para isso. Agora que temos, hoje, talvez, 17 ou 19 núcleos estaduais, seja nas Secretarias de Segurança Pública, de Mulheres, de Justiça, núcleos para o enfrentamento ao tráfico de pessoas, mas há 1 ano tínhamos meia dúzia.

Então, isso é ainda uma realidade que está em construção. As polícias, em geral, não dialogam. Muitas vezes a Polícia Civil e a Polícia Federal se encontram em uma mesma investigação, batendo cabeça com cabeça. Já ocorre isso. Não há um sistema e um cadastro nacional sobre isso. E essa é uma das ponderações que temos feito de forma recorrente ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Temos dialogado de forma muito parceira com a Ministra Maria do Rosário. Frequentemente estamos fazendo, inclusive, empreitadas e diálogos conjuntos com a Ministra Maria do Rosário, no sentido de tentarmos apertar o passo para essas providências, inclusive cobrando da Presidenta Dilma, o mais urgente possível, o II Plano Nacional de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas, uma coisa que teve a participação da sociedade, que foi... Acho que é um marco importante como orientador para os núcleos estaduais, para organizar esse sistema nacional.

Infelizmente, já estamos há 1 ano, mas ainda não foi sancionado. E era importante que todos pudessem se associar a essa corrente de cobrança, para que haja a sanção desse II Plano Nacional.

E o terceiro aspecto, tão importante quanto os outros dois, é nós produzirmos um ordenamento jurídico, um arcabouço jurídico, uma legislação que possa prever essas coisas, porque muitas vezes esse crime sequer está tipificado, para que possa haver o enquadramento penal. Nós precisamos alterar o Código Penal, o Código de Processo Penal, a Lei de Imigração, o Estatuto do Estrangeiro. São



instrumentos legais que precisam urgentemente serem aperfeiçoados. E esse é um dos objetivos desta CPI.

Eu queria fazer aqui um apelo, concitar a todos que estão operando nessa área dos direitos humanos, dos direitos das mulheres, que é, vamos dizer assim, o mercado mais agredido, do ponto de vista do tráfico de pessoas, e a todos em geral que têm alguma contribuição, para que possam nos remeter essas contribuições sobre o que mudar na lei, quais são os aspectos de vulnerabilidade nesse ordenamento jurídico que merecem correções.

Nós estamos recebendo essas contribuições da Ordem dos Advogados do Brasil, do Conselho Nacional de Justiça. O Ministro Carlos Ayres Britto designou há alguns meses uma comissão para estudar o assunto. Houve um seminário promovido pelo CNJ, e aquele órgão nos remeteu uma contribuição importante.

O Congresso Nacional está sensível a isso. Ontem nós aprovamos a lei que tipifica como crime hediondo a exploração sexual de crianças e adolescentes, inclusive a pedofilia. E temos a certeza de que a Presidenta Dilma vai sancionar, porque ela já sinalizou. A própria Ministra Maria do Rosário e o Ministro da Casa Civil, Gilberto de Carvalho, já sinalizaram de que ela não tem problema com isso.

Nós agravamos a lei, retiramos o marco dos 4 anos que dava uma série de facilidades processuais para os crimes praticados nessas modalidades; botamos para 5 anos e tipificamos como crime hediondo, o que vai ajudar, e muito, a quebrar essa imagem de impunidade ou de facilidade no cumprimento de pena para esses acusados, para esses condenados. Portanto, quem tiver contribuição pode nos ajudar a formatar isso. A ideia é apresentar isso até maio para o Presidente... Não, talvez, antes do relatório final, a gente apresente essa sugestão de mudança legal, do marco legal, para aprovar no Congresso Nacional e no Senado.

Por fim, nós queríamos pedir às entidades aqui do Rio Grande do Sul que fizeram referências a relatórios, a relatos e a estatísticas sobre a questão do tráfico de pessoas, que possamos ter acesso a isso, porque isso vai constar do nosso relatório, é importante. O Rio Grande do Sul tem rotas expressivas na questão do tráfico, por conta da fronteira sul, como nós lá no Pará e no Amapá temos com o Suriname e as Guianas Francesa e Holandesa, também é uma outra rota importante. A gente precisa ter uma ação especial para essas fronteiras, além do



tráfico interno, ter uma relação especial com essas fronteiras. Isso vai caber ao Ministério das Relações Exteriores e à Polícia Federal.

Por fim, eu queria fazer um registro aqui de que nós recebemos aqui um documento, que já foi protocolado, encaminhado pelo Deputado Adão Vila Verde à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, falando do desaparecimento de crianças e adolescentes, num total de 1.212 desaparecidos, de janeiro a setembro deste ano, segundo levantamento da Secretaria de Segurança Pública. Então...

O SR. ALDACIR OLIBONI - *(Início fora do microfone. Inaudível.)* ... o Deputado Adão Vila Verde, nosso colega da Comissão de Direitos Humanos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Audiência pública aqui da Assembleia, não é isso?

O SR. ALDACIR OLIBONI - É. E ele está possivelmente informando que está pedindo uma audiência pública aqui para debater esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Para debater esse tema, inclusive esse número expressivo.

O SR. ALDACIR OLIBONI - Que ele fará parte inclusive dessa frente que estamos criando e tiver um acordo dele em fazer esse pedido de audiência pública para debater esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito bem. Está feito o registro. Agradecemos ao Deputado.

Não havendo mais nada a tratar, agradecemos a todos e a todas a presença aqui.

Damos por encerrada esta audiência pública da CPI realizada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Uma boa-noite a todos. Obrigado.